

DESAFIOS DE EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL: UMA REVISÃO DE LITERATURA



CÁSSIO FARINELLI LIMA

Graduação em Matemática pela Universidade Braz Cubas, no ano de 2000, Graduação em Pedagogia pela Universidade Nove de Julho, no ano de 2008; Graduação em Letras Pelo Centro Universitário de Jales, no ano de 2020, Graduação em Licenciatura em Educação Especial Pelo Centro Universitário cidade verde 2023, Graduação em Artes Visuais Pelo Centro Universitário cidade verde 2024, Especialista em Metodologias de Ensino em EAD pela Faculdade Intervale 2020; Especialista em Supervisão Escolar, pela Faculdade Intervale 2022, Especialista em Docência do Ensino Superior, pela faculdade de Conchas, 2023. Professor de Ensino Fundamental II e Médio – Matemática na EMEF Pedro Teixeira e Professor de Ensino Fundamental I - Regência - na EMEF Pedro Teixeira.

RESUMO

Esse estudo teve o objetivo de investigar os principais desafios atualmente na educação inclusiva no Brasil através de uma revisão de literatura. A educação trata-se de um direito de todos pois é fundamental para o desenvolvimento dos indivíduos na sociedade, no entanto, a inclusão sofre vários desafios no Brasil, sendo assim, promover a educação inclusiva é fundamental. Dessa forma, o estudo aponta que os principais desafios da educação inclusiva no Brasil trata-se da capacitação inadequada dos profissionais, a falta de estrutura adequada para receber os alunos de educação especial, a ausência de recursos necessários, além do preconceito da sociedade, para mitigar tais desafios, é necessário esforços de toda comunidade escolar e apoio governamental por meio de investimentos na infraestrutura, capacitação profissional e conscientizar a sociedade sobre a importância da diversidade.

PALAVRAS-CHAVE: Educação inclusiva; Inclusão; Diversidade.

INTRODUÇÃO

A educação é um direito de todos os indivíduos e deve ser de responsabilidade do governo e estado, além da família, dessa forma, a educação é fundamental para o desenvolvimento de indivíduos conscientes, críticos, com respeito, e além disso, capacitar os mesmos para o futuro (BRASIL, 1988).

A escola que promove a inclusão têm o acolhimento de todos, qualquer que seja a sua limitação e deficiências, é uma escola regular com uma diversidade de alunos, assim, o planejamento escolar na educação inclusiva busca o respeito e a promoção adequada do processo de ensino e aprendizagem dos alunos com necessidades especiais, assim como as adaptações físicas nas escolas que visam facilitar o acesso desses alunos.

No passado, os alunos com necessidades especiais eram negados ou restritos ao acesso à sala de aula regular. No entanto, graças ao avanço das políticas que garantem a educação inclusiva, o cenário educacional brasileiro vem passando por mudanças significativas (KUPFER, 2001).

A educação inclusiva deve ser adaptada às necessidades educacionais especiais, e os professores precisam se capacitar para lidar com todos os tipos de alunos e atender às diversas demandas provenientes do ensino de pessoas com necessidades especiais. Isso envolve o desenvolvimento de recursos, o planejamento de propostas pedagógicas e a elaboração de estratégias educacionais com o objetivo de facilitar a aprendizagem dessas pessoas. Essas medidas colaboram para o pleno desenvolvimento dos alunos, os preparando para exercer a cidadania e qualificá-los para o futuro mercado de trabalho, como assegurado pela Constituição Federal de 1988.

Quando se refere à Educação Especial, esta é recente e tem como marco referencial a Constituição Federal de 2013. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (BRASIL, 2013).

De acordo com Cavalcante (2004), a inclusão não cabe no paradigma tradicional da educação, pois requer um modelo diferente das propostas existentes. Este fato remete a uma realidade que não pode ser ignorada: o papel e a formação de professor, tendo em vista que ele quase sempre encontra dificuldades para refletir e aperfeiçoar sua prática pedagógica.

Quando se trata da inclusão, deve-se considerar aspectos ligados à formação do professor, uma vez que tem um papel fundamental na investigação dos processos de significação das crianças, tão quanto na escolha de atividades promotoras de desenvolvimento, o professor deve estar preparado e seguro para trabalhar com o aluno com necessidade educacional especial (NEE).

Atualmente, a formação de professores tem sido bastante discutida, por ele ser um mediador de conhecimentos, que criam bons contextos de mediação entre as crianças, considerando o entorno social em que vivem e os vários elementos da cultura que as cercam.

As universidades ainda carecem de uma formação que viva a inclusão e ultrapasse a linearidade e a simplificação curricular de que basta uma disciplina sobre a área da NEE (Necessidades Educacionais Especiais), para formar professores capacitados a atuarem com o alunado que apresenta dificuldades mais específicas.

Desta forma, quando se busca inserir essas crianças nas salas de ensino regular, encontra-se, por parte dos professores, certa dificuldade de lidar com a nova situação que se apresenta. É comum se ouvir de professores que eles não foram preparados para isto e/ou não fizeram esta opção durante seu curso de formação.

Associado a isso como a falta de preparação dos professores, vive-se um momento histórico na educação especial em que a falta de recursos compromete a capacitação dos membros de equipe em lidar com essa realidade, sendo assim, faz-se necessário desenvolver um novo grupo de profissionais, que deve ser entendido como aquele cuja atividade prática-profissional serve de base para elaboração novas teorias – que proporcionará o surgimento de práticas pedagógicas

diferenciadas e assertivas.

O estudo se justifica devido o fato de que os desafios da inclusão escolar no Brasil esbarram com o despreparo das instituições escolares em lidar com a inclusão. Isso acaba acontecendo porque não possuímos uma educação ou metodologia voltada à inclusão. Assim, quando alunos sem necessidades especiais têm contato com aqueles que precisam de ações inclusivas, é natural que eles encontrem dificuldades de comunicação e convívio. Assim, é muito importante que estudantes, professores, coordenadores, diretores e funcionários participem de processos de formação que tenham como foco a educação inclusiva, seus desafios e perspectivas. Sendo assim, o presente estudo apresenta relevância acadêmica e científica pois irá tratar sobre os desafios enfrentados na inclusão escolar, e de que forma tais desafios podem ser solucionados.

Para tanto, o estudo teve como objetivo geral investigar os principais desafios atualmente na educação inclusiva no Brasil. Como objetivos específicos, identificar a história da educação inclusiva no Brasil; compreender os aspectos de uma escola inclusiva e investigar os principais desafios da inclusão escolar e novas medidas que estão contribuindo para a educação inclusiva.

A metodologia do estudo foi revisão de literatura que foi realizada por meio de busca de artigos nas bibliotecas online SciELO, Google Acadêmico e Núcleo do Conhecimento. Os termos de pesquisa utilizados foram Educação inclusiva, inclusão e diversidade. Para o estudo, foram selecionados artigos de 2015 a 2025 em inglês e português se estiverem acessíveis na íntegra. Foram excluídos artigos sem acesso completo ou que não tivessem relação direta com o tema e os anos escolhidos após análise de seus resumos e conteúdo completo.

HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A história da educação inclusiva começa em 1783, no final da Guerra Revolucionária Americana. Na época, vários grupos de cidadãos ricos estabeleceram várias instituições de caridade cujo principal objetivo e preocupação era garantir que os grupos marginalizados não ameaçassem a América. Como os valores dos tempos e das repúblicas e, portanto, os motivos de ajuda e controle estavam relacionados ao funcionamento dessas instituições, alguns líderes da educação especial da época defendiam que todos os indivíduos, incluindo os portadores de deficiência, deveriam ter o direito a uma educação (STEINBACK, 1999).

A partir de meados dos anos 1980 e início dos anos 1990, um movimento de profissionais, pais e pessoas com deficiência tomou forma em um contexto internacional que se opunha à ideia de que a educação especial, embora implementada juntamente com a inclusão social, era globalmente limitada. Estamos empenhados em reduzir o número de alunos com deficiência por conta própria. Paralelamente, surgiu nos Estados Unidos um movimento denominado “Formal Education Initiative” voltado para a inclusão.

Na Antiguidade e na Idade Média, os deficientes eram considerados condenados, seres impuros, incapazes. Pessoas com doenças graves frequentemente não foram autorizadas a abandonar as casas e, em geral, foram privadas de toda a humanidade. A educação era acessível apenas

a um pequeno círculo de pessoas, e a deficiência como tal era considerada intransponível. Portanto, naquele momento, ninguém geralmente pensava em ajustar suas condições ao treinamento

Por tudo isso a inclusão implica uma mudança de perspectiva educacional, pois não se limita aos alunos com deficiência e aos que apresentam dificuldade de aprender, mas a todos os demais, para que obtenham sucesso na corrente educativa geral. (MANTOAN, 2003, p.24). O processo inclusivo pode significar uma verdadeira revolução educacional e envolve o descortinar de uma escola eficiente, diferente, aberta, comunitária, solidária e democrática onde a multiplicidade leva-nos a ultrapassar o limite da integração e alcançar a inclusão. (CARDOSO, 2006, p.24).

Para uma Educação Inclusiva de qualidade, a Lei de Diretrizes e Bases, em seu Art. 59 aponta como devem ser acolhidos os educandos com necessidades especiais, destacando diretrizes para a recepção desses alunos, assim, aplica-se a atual Diretriz de Educação e Lei de Bases, Lei nº 1 9.394, de 20.12.1996, em especial o Capítulo V sobre a educação especial.

A partir disso, é importante observar os objetivos dessa inclusão para os alunos, bem como os benefícios que ele poderá ter no ensino regular. Ressalta-se que, ao longo das décadas, com as significativas transformações, tornou-se uma educação especializada, de direito da família de usufruí-la e um dever do Estado de ofertá-la. Dessa forma, as pessoas com deficiência terão as aulas da educação formal juntamente com pessoas que não possuem deficiência (DUARTE, 2012; BRASIL, 2010).

A lei brasileira sobre a inclusão de pessoas com deficiência, também conhecida como Lei da Pessoa com Deficiência, foi iniciada pela Lei nº 1. 13 146/2015. O objetivo desta lei é garantir os direitos e a inclusão das pessoas com deficiência em vários aspectos da vida social, como educação, saúde, emprego, recreação, transporte, acesso à informação.

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, SEUS DESAFIOS E PRÁTICA PEDAGÓGICA

Na educação especial, o ensino se concentra inteiramente nos alunos com deficiência. Na educação inclusiva, todos os alunos com e sem deficiência têm a oportunidade de viver e aprender juntos.

Quando se refere à Educação Especial, esta é recente e tem como marco referencial a Constituição Federal de 2013. Garantir-se-á formação continuada para os profissionais, no local de trabalho ou em instituições de educação básica e superior, incluindo cursos de educação profissional, cursos superiores de graduação plena ou tecnológicos e de pós-graduação (FARIAS et al, 2016).

De acordo com os autores Santana e Rodrigues (2023), a inclusão não cabe no paradigma tradicional da educação, pois requer um modelo diferente das propostas existentes. Este fato remete a uma realidade que não pode ser ignorada: o papel e a formação de professor, tendo em vista que ele quase sempre encontra dificuldades para refletir e aperfeiçoar sua prática pedagógica.

De acordo com Souza e Silva(2021), quando se trata da inclusão, deve-se considerar as-

pectos ligados à formação do professor, uma vez que tem um papel fundamental na investigação dos processos de significação das crianças, tão quanto na escolha de atividades promotoras de desenvolvimento. Ele deve estar preparado e seguro para trabalhar com o aluno com necessidade educacional especial (NEE).

Atualmente, a formação de professores tem sido bastante discutida, por ele ser um mediador de conhecimentos, que criam bons contextos de mediação entre as crianças, considerando o entorno social em que vivem e os vários elementos da cultura que as cercam.

De acordo com Camargo (2018), as universidades ainda carecem de uma formação que viva a inclusão e ultrapasse a linearidade e a simplificação curricular de que basta uma disciplina sobre a área da NEE (Necessidades Educacionais Especiais), para formar professores capacitados a atuarem com o alunado que apresenta dificuldades mais específicas.

Desta forma, segundo Mantoan (2004), quando se busca inserir essas crianças nas salas de ensino regular, encontra-se, por parte dos professores, certa dificuldade de lidar com a nova situação que se apresenta. É comum se ouvir de professores que eles não foram preparados para isto e/ou não fizeram esta opção durante seu curso de formação.

Associado a isso, como a falta de preparação dos professores, vive-se um momento histórico na educação especial em que a falta de recursos compromete a capacitação dos membros de equipe em lidar com essa realidade (CAMARGO, 2018).

Assim, faz-se necessário desenvolver um novo grupo de profissionais, que deve ser entendido como aquele cuja atividade prática- profissional serve de base para elaboração novas teorias – que proporcionará o surgimento de práticas pedagógicas diferenciadas e flexíveis (BUENO, 1999). A formação inicial, outras competências precisam ser trabalhadas como a elaboração, a definição, a reinterpretação de currículos que propiciam a profissionalização, valorização do docente (SOUZA; SILVA, 2021).

Neste contexto, a interação social e a mediação do outro tem fundamental importância. Na escola, pode-se dizer que a interação professor-aluno é imprescindível para que alcance um resultado positivo no processo ensino aprendizagem, por essa razão, dentro da temática, os quais procuro destacar a formação do professor e suas práticas pedagógicas na educação especial, como requisitos básicos.

Os autores Castro e Marcos (2017) apontam importantes eixos na formação e atualização dos profissionais no contexto da Educação Especial, que exige um direcionamento na diversidade de educar: o primeiro refere-se ao conteúdo; e o segundo, à forma de desenvolvê-lo. Os conteúdos das aulas devem ser acessíveis e atender às necessidades, interesse e modos de aprender de cada aluno; a necessidade de promover atividades que retratem as diferenças, bem como a sua compreensão e aceitação; favorecimento da participação ativa; a realização de atividades que estimulem a cooperação; o incentivo à participação nas aulas e aprendizagem .

Assim, segundo Mori e Sander (2015), para que se possa progredir no contexto da Educação Especial é preciso que as escolas criem diversos métodos para facilitar o acontecimento de

uma educação para todos. Diante de um contexto específico, deve-se reconhecer e respeitar todas as diferenças existentes, as limitações e conhecer as necessidades específicas de cada aluno.

De acordo com Castro e Marcos (2017), é imprescindível que se parta do princípio de que todas as crianças podem e devem aprender, que haja respeito a todas as diferenças existentes entre os alunos e que a metodologia pedagógica atenda às necessidades de todos os discentes. Para isso, são fundamentais atitudes dinâmicas, flexíveis, lúdicas, abrangentes, que se distanciem do limitado, livre de preconceitos, limitações, em que a diferença seja realmente valorizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através do presente estudo foi possível atingir os objetivos do trabalho, que consistiu em analisar os principais desafios atualmente na educação inclusiva no Brasil. O estudo conclui que para se melhorar o processo educacional no Brasil é necessário ter um maior investimento dos órgãos competentes na área da educação, do governo e poder público, pois alterar a configuração social da educação no Brasil, é algo bastante difícil e é necessário, pois boa parte da população brasileira, não tem condições de pagar financeiramente uma educação qualidade no setor privado da sociedade brasileira.

Os resultados apresentados destacam os principais desafios enfrentados pela educação inclusiva no Brasil, incluindo falta de infraestrutura adequada, formação inadequada de professores, preconceito e estigma social e falta de recursos e apoio específicos. Superar esses desafios exigirá esforços conjuntos e investimentos maciços em infraestrutura, treinamento de professores, conscientização e valores de diversidade. A formação e a capacitação docente impõem-se como meta principal a ser alcançada na concretização do sistema educacional que inclua a todos, verdadeiramente. O êxito da integração escolar depende, dentre outros fatores, da eficiência no atendimento à diversidade da população estudantil. Somente por meio dessa ação podemos caminhar para uma educação inclusiva que promova o desenvolvimento inclusivo e a igualdade de oportunidades para todos os alunos, independentemente de suas características e necessidades.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. **Plano Nacional de Educação**. Brasília, 2010. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069Compilado.htm. Acesso 05 abr. 2025.

BRASIL, **Constituição. Decreto nº 3.956, de 08 de outubro de 2001. Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência**. Guatemala: 2001.

BRASIL. Lei n.º 13.146 de 06 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília: MEC, 2015. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm Acesso 05 abr. 2025.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDBEN Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso 05 abr. 2025.

BRASIL. Secretaria de Educação Especial. Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Brasília, DF, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducacional.pdf> Acesso 05 abr. 2025.

BRASIL. Lei nº 12.796, de 4 de abril de 2013. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para dispor sobre a formação dos profissionais da educação e dar outras providências. Diário Oficial da União, 2013. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2013/Lei/L12796.htm Acesso 05 abr 2025.

BUENO, José Geraldo Silveira. Crianças com necessidades educativas especiais, política educacional e a formação de professores: generalistas ou especialistas? Revista Brasileira de Educação Especial, Marília, v.3, n.5, p.7-25, set.1999.

CAMARGO, Isabela Jordão de. A libras e a sua importância no processo de letramento da língua portuguesa escrita de alunos surdos. Editora Arara Azul, ed. 23, 2018. Disponível em: <https://editoraararaazul.com.br/site/admin/ckfinder/userfiles/files/3%C2%BA%20Artigo%20da%20Revista%2023%20de%20CAMARGO.pdf>. Acesso 05 abr. 2025.

CASTRO, Aldo de Oliveira de; MARCOS, Márcia Cristina Martins. Confecção de materiais pedagógicos e oficinas de libras no contexto da inclusão do aluno surdo nos anos iniciais do ensino fundamental. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Centro Universitário Católico Salesiano Auxilium. Lins, 2017. 59 f.

CARDOSO, Marilene da Silva. **Aspectos Históricos da Educação Especial: da exclusão a inclusão- uma longa caminhada**, cap.2. Educação Especial: em Direção á Educação Inclusiva. 3º Edição, Porto Alegre,2006.

CAVALCANTE, A. V. **O preconceito da deficiência no processo de inclusão escolar**. 2004. 147f. (Dissertação de Mestrado). Faculdade de Educação: Universidade de Brasília, 2004.

DUARTE, LUIZA FRANCO. **Desafios e Legislações Na Educação Infantil**. IX ANPED SUL: Seminário de Pesquisa em Educação da Região sul, 2012. Disponível em <http://www.ucs.br/etc/conferencia>. Acesso 05 abr. 2025.

FARIA, Hercília Maria de; RODRIGUES, Raquel de Souza; RODRIGUES, Patrícia Tomaz Mattão. **O Processo de alfabetização e letramento do aluno surdo em uma escola inclusiva da rede pública do DF**. In: Simpósio de Trabalhos de Conclusão de Curso e Seminário de Iniciação Científica, 2016. Disponível em: http://nippromove.hospedagemdesites.ws/anais_simposio/arquivos_up/documentos/artigos/43c2bbe6001fd194ef74fe5684d6fa8e.pdf. Acesso 05 abr. 2025.

KUPFER, M. C. (2001). **Dois notas sobre a inclusão escolar**. In Escritos da criança, n.6 Centro Lydia Coriat, (pp. 71-82) Porto Alegre, RS.

MANTOAN, Maria Teresa Egler. **Inclusão escolar: O que é? Por quê? Como fazer?** São Paulo: Moderna, 2003.

MORI, Nerli Nonato Ribeiro; SANDER, Ricardo Ernani. **História da Educação dos Surdos no Brasil**. In: Seminário de Pesquisa do PPE, Universidade Estadual de Maringá, 02 a 04 de Dezembro de 2015. Disponível em: http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2015/trabalhos_co_04/94.pdf. Acesso 06 abr. 2025.

OLIVEIRA, Elizabete Costa dos Santos. **Saberes e práticas no processo de inclusão escolar no município de Teixeira de Freitas – Bahia**. Dissertação (mestrado em Ensino na Educação Básica), Programa de Pós-Graduação em Ensino na Educação Básica, Centro Universitário Norte do Espírito, Universidade Federal do Espírito Santo, São Mateus, 2016. Disponível em: <http://repositorio.ufes.br/handle/10/5319>. Acesso: 05 abr. 2025.

SANTANA, Edilânia Maciel. RODRIGUES, Ana Paula. **O uso da língua Brasileira de sinais no processo de alfabetização e letramento do aluno surdo nas instituições de educação especial**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano. 08, Ed. 01, Vol. 03, pp. 76-95. Janeiro de 2023. ISSN: 2448-0959, Link de acesso: <https://www.nucleodoconhecimento.com.br/educacao/lingua-brasileira>, DOI: [10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/lingua-brasileira](https://doi.org/10.32749/nucleodoconhecimento.com.br/educacao/lingua-brasileira)

SILVEIRA, Aline Machado; DA SILVA, Henrique Borges; DA SILVA MAFRA, João. **EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO BRASIL**. Cadernos da FUCAMP, v. 18, n. 33, 2019. Disponível em: <https://revistas.fucamp.edu.br/index.php/cadernos/article/view/1783>. Acesso 06 abr. 2025.

SOUZA, Ivonezia Santos; SILVA, Marcela Carine Monteiro; SILVA, Gerson Pereira. **Perspectivas da Educação Inclusiva Para os Surdos**. 2021. Disponível em: <https://repositorio.animaeducacao.com.br/handle/ANIMA/17598>. Acesso 06 abr. 2025.